



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

215ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

13 E 14 DE MARÇO DE 2013

ATA

1 No dia treze de março de dois mil e treze, na Secretaria de Direitos Humanos da
2 Presidência da República, em Brasília/DF, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos
3 da Criança e do Adolescente (CONANDA), em sua ducentésima décima quinta
4 assembleia. Estiveram presentes: **Conselheiros Governamentais:** Sra. Maria Izabel,
5 presidência do CONANDA/Secretaria de Direitos Humanos; Ivanildo Franzosi,
6 representante da Casa Civil da Presidência da República; Sra. Daniele Queiroz,
7 Ministério da Educação; Sr. Luiz Henrique, Ministério Trabalho e Emprego; Sra.
8 Márcia Canário, representante do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Danyel Iorio,
9 Conselheiro representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Marina,
10 representante do Ministério da Cultura. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Sr. André,
11 vice-presidente, representante da CNBB/ Pastoral do Menor; Sra. Josineide,
12 Coordenadora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/
13 Guarujá/SP; Maria Lucia, Presidentes do CMDCA/ Guarujá; Alessandra, Criança
14 Segura; Erica, Federação Nacional das APAES; Fabio Feitosa, Instituição Marista;
15 Diego, ABMT. Sr. Núbia; Carlos Nicodemos, Movimento Nacional de Direitos
16 Humanos; Djalma, ASED; Pedro Hartung, Instituto Alana; Renato, Fundação Fé e
17 Alegria; Davi Hortolan, Escoteiros do Brasil. **Coordenação-Geral do CONANDA:**
18 Carolina Brandão, secretária executiva do CONANDA; Fernanda, assessoria do
19 CONANDA; Juslei, secretária do CONANDA. **Convidados:** Larissa, Assessora
20 Jurídica das Federação Nacional das APAE's; Samira, Conselheira CMDCA/Centro de
21 Voluntariados do Guarujá; Tatiane Espindola, moderadora da oficina de
22 planejamento/ENAP; Adriano, Diretoria de Planejamento da ENAP e apoiador do
23 Processo de Planejamento do CONANDA; Vânia, Assessora da CDHAP; Isabela,

24 Assessora da CPMF; Tania Dorneles, CONTAG;. **Pauta: 1) Apresentação e discussão**
25 **da pauta, 2) Apresentação do Relatório do Planejamento pelas consultoras da ENAP; 3)**
26 **Reunião das comissões; 4) Apresentação do Relatório Alternativo reformulado pela**
27 **comissão de Ética Instaurada para apuração de conduta de Conselheiro; 5) Relato das**
28 **comissões em Plenário; 6) Encerramento.** A Senhora Maria Isabel, Presidenta do
29 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente, iniciou a assembleia
30 dando boas vindas as conselheiras, conselheiros e convidados, na sequência solicitou a
31 apresentação dos presentes. Após o termino da apresentação, foi exposta a proposta de
32 pauta para os dois dias. Ao término da apresentação da pauta, o Sr. André, vice-
33 presidente do CONANDA, anunciou que, após consulta dos pares da sociedade civil,
34 fora solicitado 15 minutos da manhã deste dia para conversa sobre os fatos ocorridos
35 nos últimos dias, sobre a estrutura e falta de conselheiros e questões estruturais do
36 CONANDA, o que foi aprovado sem nenhuma objeção. O conselheiro e vice-
37 presidente, Sr. André, propôs que os informes da mesa diretora nas próximas
38 assembleias aconteçam no início das mesma, já que estes poderão criar algumas
39 demandas. A proposta acatada pela assembleia. Após a aprovação da pauta, passou-se a
40 fala para a conselheira Alessandra, ao que esta comunicou que no ano passado fora
41 feita uma solicitação de apoio para a elaboração de uma nota técnica sobre a proibição
42 da venda do álcool líquido como produto de limpeza, ao que teve uma ótima
43 repercussão, porém ainda não houve a aprovação do projeto de Lei, mas por decisão
44 judicial, este está proibido a venda nos mercado, além disso está ocorrendo uma
45 mobilização para que as pessoas denunciem os casos de venda irregulares. Finalizou
46 agradecimento o apoio do CONANDA. Na sequência passou ao ponto II da pauta
47 “apresentação do relatório de planejamento do CONANDA”, realizado pelo Sr. Adriano
48 e a Sra. Tatiana da ENAP. O Sr. Adriano iniciou a apresentação agradecendo à
49 Secretaria de Direitos Humanos e ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
50 Adolescente a oportunidade dada a Escola por participar desse processo de
51 planejamento. Ressaltou que nos últimos anos a Escola em vários momentos com o
52 Governo Federal e a Organização Internacional do Trabalho. Porém, foi a primeira
53 experiência de trabalho com o CONANDA. E se colocam a disposição para outros
54 momentos que o Conselho julgue importante para as facilitações dos trabalhos. Na
55 sequencia a Sra. Tatiane realizou a leitura da apresentação do relatório de Planejamento
56 e, informou que este está dividido em duas partes. Primeira: Plano de ação de cada
57 comissão; Segunda: Monitoramento e Avaliação. Ela destacou que neste formato de

58 trabalho em oficinas, o relatório é descritivo do processo e é o registro fiel do que os
59 participantes produziram, sem nenhuma interferência no conteúdo produzido. Objetivo
60 da oficina foi de “avaliar de forma participativa os avanços e dificuldades da atuação do
61 CONANDO e planejar a atuação do mesmo para os anos de 2013 e 2014”.

62 Participantes: conselheiros tutelares e suplentes representando instituições
63 governamentais e a sociedade civil. Dinâmica do trabalho: conciliação de momentos
64 expositivos de trabalho em grupo e plenária, buscando gerar oportunidade de debate e
65 também otimizar a produção. Estrutura do relatório: capítulo inicial com a organização
66 da oficina (objetivos, aspectos metodológicos dos trabalhos), a produção dos grupos
67 (organizados em cinco grupos, divididos por dois grandes eixos: avanços de 2009 à
68 2012 e as dificuldades encontradas). Segundo momento: os resultados do CONANDA
69 esperados para os anos de 2012 e 20013, considerando o plano decenal. E, as
70 dificuldades levantadas nas oficinas, divididas por eixo (32 resultados por eixo). O
71 plano de ação 2013 à 2014 foi organizado por Comissão. Esta rememorou que algumas
72 comissões saíram das oficinas com a tarefa de aperfeiçoar os seus planos de ação. A
73 estratégia de monitoramento e avaliação foi proposta pela ENAP. Por fim, os
74 encaminhamentos e avaliação. A Sra. Tatiane prosseguiu a leitura informando que, nos
75 anexos, estão: os resultados dos trabalhos realizados nas oficinas, registro fotográfico e
76 a lista de presença. Após a leitura a Sra. Presidenta Maria Isabel apresentou seus
77 agradecimentos a ENAP e encaminhou os trabalhos das comissões com base no
78 relatório apresentado. Neste momento houve a pausa de 15 minutos, como consta na
79 pauta para a reunião dos Conselheiros da Sociedade Civil, e a Senhora Presidenta
80 Maria Isabel propôs uma reunião com os conselheiros do governamentais. Ao retornar,
81 a Senhora presidenta realizou a divisão dos grupos por comissões: Comissão de
82 finanças, Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar, Comissão de
83 Mobilização e Formação e Comissão de Políticas Públicas. Passou-se ao ponto IV da
84 pauta: Apresentação do relatório alternativo formulado pela comissão de ética
85 instaurada para apuração de conduta de conselheiro. Para a discussão deste ponto, foi
86 solicitado a penas a presença dos conselheiros, pois tratava-se de um assunto de
87 sigiloso. Após esse tema, foi concedida fala para o conselheiro Daniel, representante do
88 Ministério do Planejamento, para falar sobre os encaminhamentos da **Comissão de**
89 **Orçamento e Finanças (COF)** para a publicação do edital de chamada pública de dois
90 mil e treze. A previsão, segundo Daniel, é que o documento seja aprovado em plenária
91 em abril para sua posterior aprovação e os conselheiros, para isso, deveriam apreciar o

92 documento e enviar suas contribuições até o dia 27 de março. Outro ponto mencionado
93 pela relatoria da comissão, foi de que se tratava de um edital coletivo, entre CONANDA
94 e Secretaria de Direitos Humanos. Houve a proposta de se acrescentar ao documento,
95 um anexo sobre o tema “protagonismo e participação de crianças e adolescentes”, que
96 foi aprovada pelo grupo. Relatório da **Comissão de Políticas Públicas**: A conselheira
97 Érica iniciou sua fala sobre a ponto finalização do planejamento. Disse que não foi
98 possível finalizar, pois foi necessário retomar vários pontos do planejamento. Sobre o
99 outro ponto, SINASE, a conselheira registrou que o orçamento para 2013 seria de
100 cinquenta e cinco milhões de reais e, para 2014, de cento e dez milhões, para construção
101 de unidades, reformas e outros. Informou ainda que o documento de parâmetro de
102 segurança das unidades está sendo construído e o mesmo será aberto para consulta
103 pública. Outro documento que se encontra em construção é o de parâmetros
104 pedagógicos. A conselheira mencionou, ainda, outro documento incluso na pauta da
105 comissão: a notificação de óbito no sistema, que já estava sendo discutido
106 anteriormente. A proposta, segundo ela, seria aprovar o documento na assembleia de
107 abril. Apresentou, também, informações sobre o Plano Decenal do Sinase, que já está
108 sendo construído e será aberto para consulta pública em abril; notícias sobre a
109 construção de um presídio próximo a uma unidade de atendimento socioeducativo, em
110 Formosa/GO, financiada pelo Ministério da Justiça. Alertou que a construção feria lei
111 que impedia um presídio próximo a uma unidade socioeducativa. Outro relato feito pela
112 conselheira foram as possíveis ações para promoção e defesa de direitos da criança
113 durante os eventos esportivos. Abriu-se espaço para discussão e possíveis deliberações.
114 Um encaminhamento, em relação a questão do orçamento do SINASE. Foi levantado,
115 pelo conselheiro Nicodemos, a inclusão do debate do orçamento do SINASE, na forma
116 da lei 12.544 e o mesmo pediu a abertura da votação. Após votação, a proposta foi
117 aprovada. O mesmo conselheiro solicitou o resgate da averiguação da situação de
118 violações de direito por parte das unidades de internação do estado do Espírito Santo,
119 sugerindo também a visita *in locu* para apreciação da situação. O conselheiro Francisco
120 sugeriu a formação de um grupo de trabalho para a discussão do sistema de atendimento
121 socioeducativo em meio aberto e fechado. A presidenta do CONANDA informou que
122 estava na pauta ainda informes de Altamira, de outras resoluções e, então, consultou o
123 grupo a respeito da suspensão dos trabalhos para sua continuidade no período da tarde,
124 o que foi aceito pelo grupo. Reuniram-se novamente, no período da tarde, do dia
125 quatorze de março de 2013, sob a presidência da Senhora Maria Isabel. A mesma

126 discutiu com o grupo a ordem da pauta, estabelecendo o prazo de uma hora para a
127 discussão sobre a construção do **Plano Nacional de Enfrentamento à violência**
128 **sexual**. Em seguida, propôs o tempo de dez minutos para a resolução pendente em
129 relação à **comissão de ética** e, em sequência, as deliberações da **Comissão de**
130 **Formação e Mobilização**. Após isso, a **Comissão de Direitos Humanos e Ação**
131 **Parlamentar** teria o tempo de vinte minutos para resoluções e deliberações.
132 Finalmente, haveria o tempo para os **informes da mesa diretora**, que contava com
133 diversos assuntos para serem debatidos durante a assembleia. Assim, os trabalhos
134 começaram com a leitura do ofício para ser encaminhado ao Ministro da Justiça sobre a
135 construção de presídio contíguo a unidades de atendimento socioeducativo, financiada
136 pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em Formosa/GO. O ofício alertava
137 que, de acordo com a aprovação de lei 12.594 de 2012, fica vedada a construção de
138 presídios próximos a unidades de atendimento socioeducativos, reiterando, assim, a
139 distinção entre um e outro. No ofício, o CONANDA solicita ao Ministro que tome as
140 providências necessárias, visto que a construção afronta a referida lei. Após a leitura, foi
141 sugerido que se colocasse no ofício a solicitação de resposta do Ministro, bem como
142 estabelecimento de um prazo para tal resposta. Sem mais considerações, o ofício foi
143 aprovado. Passou, assim, para o tema da revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à
144 violência sexual, com a fala da convidada, senhora Graça Gadelha. Esta fez uma
145 contextualização do tema e do processo de construção do plano. Disse ainda que a
146 versão está finalizada e que foi um processo de construção coletiva, incluindo reuniões
147 temáticas com pontos focais. Ressaltou também a importância da participação dos
148 Ministérios, dentre eles o da Educação, da Justiça, da Saúde e do Desenvolvimento
149 Social, além da Secretaria de Direitos Humanos e do CONANDA. Explicou sobre a
150 estrutura do plano: o mesmo contém um preâmbulo. Disse que o plano faz uma
151 interface com o Plano Decenal de Direitos da Criança e do Adolescente. A parte I (um)
152 trata da compilação na normativa nacional e internacional sobre a temática. A parte II
153 (Dois) trata da sistematização e análise das ações de enfrentamento à violência sexual.
154 A parte III (três) trata da estruturação da proposta e a parte IV (quatro) trata dos
155 indicadores de avaliação e monitoramento. Após a exposição sobre o Plano Nacional, a
156 presidenta do CONANDA afirmou que enviaria uma cópia do documento a todos os
157 conselheiros. Fixou ainda, o prazo de uma semana para os conselheiros enviarem suas
158 considerações à Secretaria executiva do CONANDA. Em seguida, abriu espaço para
159 considerações. Após isso, a presidenta agradeceu a participação de Graça. Passou-se ao

160 ponto seguinte: a finalização da pendência sobre o relatório da comissão disciplinar. Foi
161 solicitado que os convidados se retirassem, pois tratava-se de assunto interno dos
162 membros do CONANDA e, dessa forma, tomaram as devidas deliberações (que são
163 sigilosas). **Comissão de Formação e Mobilização:** foram levantadas pendências que
164 estavam para ser resolvidas, desde a assembleia de dezembro de 2013: a primeira, tratou
165 do plano de comunicação. Foi elaborado um Termo de Referência para a contratação de
166 consultor que, até o momento dessa assembleia, encontrava-se na chefia de gabinete da
167 SNPDCA. Foi dito ainda que o recurso para contratação do consultor viria por meio do
168 Prodoc, que a Secretaria de Direitos Humanos estava assinando com a UNESCO. A
169 segunda pendência: em relação aos anais da conferência e também a contratação de
170 consultor para redigir os anais da 9ª Conferência. O termo de referência também se
171 encontrava na chefia de gabinete até a data desta assembleia. O prazo para contratação
172 destes consultores estava previsto para sessenta dias. A terceira pendência: publicação
173 dos vinte anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Alguns membros da
174 gestão anterior do CONANDA mencionaram haver problemas com a logomarca do
175 CONANDA e foi solicitada sua alteração. Esta tendo sido feita, foi então aprovada a
176 publicação pelo Comissão. Passou-se ao próximo item a ser discutido pela Comissão: o
177 Portal do CONANDA. Foi distribuído um questionário a todos os conselheiros, onde os
178 mesmos deveriam dizer como gostariam de ser identificados no portal. Deveriam
179 também preencher os dados das instituições as quais representam, tais como nome
180 completo, endereço, telefone, correio eletrônico. Para os conselheiros que não estavam
181 presentes, ficou explicado que receberiam o questionário por e-mail e teriam prazo de
182 uma semana para responderem ao questionário. Houve também o informe sobre o
183 seminário Infância e Comunicação, realizado no Congresso Nacional, do qual
184 participaram a Conselheira Alessandra e a presidenta Maria Izabel. Ambas trouxeram a
185 proposta de que o CONANDA se una à manifestação dos grupos já existentes nessa
186 temática, para a definição e criação de um marco legal da infância e comunicação, em
187 conjunto com tais grupos. Tal proposta foi levada à plenária e aceita por unanimidade.
188 O próximo ponto de pauta foi a finalização do planejamento. Na reunião do dia anterior,
189 foram acrescentados pontos. Dessa forma, os conselheiros fizeram a leitura conjunta do
190 documento já contendo tais informações. Após esse tema, passou-se à matriz de
191 formação das Escolas de Conselhos. Devido ao pouco tempo e grande número de
192 questões a serem discutidas, a presidenta do Conselho, Maria Izabel, solicitou ao
193 coordenador do Sistema de Garantia de Direitos, Marcelo Nascimento, a possibilidade

194 de ele distribuir o documento impresso aos conselheiros e os mesmos avaliarem e darem
195 suas contribuições na assembleia seguinte. O senhor Marcelo Nascimento explicou que
196 o documento já havia sido apresentado na plenária de dezembro, e os conselheiros
197 poderiam enviar suas contribuições até quinze de janeiro de dois mil e treze. Disse,
198 ainda, que não houve retorno por parte do conselho. Explicitou ainda, que a não
199 aprovação do documento poderia atrasar o processo de novos convênios para formação
200 de conselheiros com as universidades através da busca ativa. A presidenta do
201 CONANDA sugeriu, dessa forma, a data de dois de abril para que os conselheiros
202 deliberassem sobre o documento referencial das Escolas de Conselhos (a chamada
203 matriz curricular). Ficou, dessa forma, estabelecida a data limite de trinta de março para
204 que o conselho fizesse suas considerações a respeito do documento e a data de dois de
205 abril para sistematização dessas considerações e envio por e-mail ao coordenador
206 Marcelo Nascimento. Passou-se, portanto, ao próximo ponto de pauta: **Comissão de**
207 **Direitos Humanos e Ação Parlamentar**. Naquele momento, foi dada a palavra para a
208 conselheira Glícia. Esta informou a ausência da presidente da comissão e também a do
209 relator. Continuou, salientando a importância de três pontos, um em relação à nota
210 pública que se refere ao apoio do CONANDA às ações de repúdio de violações de
211 direitos ocorridos no Distrito Federal; outra nota em relação à Comissão de Direitos
212 Humanos da Câmara dos Deputados. A conselheira fez a leitura das duas notas públicas.
213 Foi feita a sugestão da inclusão de um parágrafo solicitando o afastamento do atual
214 presidente da referida comissão. O Conselheiro Carlos Nicodemos também fez suas
215 considerações sobre o conteúdo da nota. Disse que as posições tomadas pelo deputado,
216 atual presidente da Comissão de Direitos Humanos, são incompatíveis com a sua
217 função. Sugeriu que se retirasse a menção da redução da maioria penal, sob o risco
218 de que o tema ganhe força e adquira efeito positivo para a continuação do deputado na
219 presidência da comissão. Em seguida, a conselheira Rosilea Wille também mostrou-se
220 favorável à retirada desse item da nota. Passou-se à fala da conselheira Érica, onde ela
221 também sugeriu a menção de outros temas relacionados à postura do presidente da
222 comissão, tais como: homofobia, racismo e intolerância religiosa. Houve consenso para
223 a retirada do tema redução da maioria penal da nota. A terceira nota versava sobre a
224 operação de remoção de famílias da região da via Estrutural, no Distrito Federal,
225 fazendo repúdio a qualquer forma de violência contra crianças, adolescentes e suas
226 famílias. Após a leitura do documento, o documento foi aprovado pelo conselho. O
227 conselheiros Carlos Nicodemos sugeriu que se adotasse um padrão para as notas

228 técnicas, pois observara que elas vêm sendo construídas de maneiras diferentes pelo
229 CONANDA. O mesmo conselheiro sugeriu a inclusão de outro ponto de pauta, cujo
230 tema era a desativação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
231 do Rio de Janeiro, devido a problemas estruturais e humanos. Ele informou que foi
232 protocolizado na Secretaria de Direitos Humanos ofício sobre a situação do conselho, já
233 que é uma violação de direitos. Sugeriu que se fizesse uma averiguação melhor dessa
234 situação para que se tomasse providências sobre o caso. A presidenta do CONANDA
235 disse que seria encaminhada ações para tratar do assunto. **Relato da mesa diretora:**
236 iniciou-se o relato sobre o GT da reforma política e do plano decenal. A mesa disse que
237 a conclusão sobre essa discussão será até o mês de dezembro desse ano. A presidenta
238 levou a proposta que estes trabalhos sejam organizados pela mesa diretora, em vez de
239 um grande grupo. Houve a contraproposta de se ter grupos específicos de trabalho, onde
240 não haja a necessidade de estar presente toda a mesa diretora. O encaminhamento foi de
241 sair com os nomes para a formação dos GT's. Ficou definido o GT da reforma política:
242 Francisco Brito, Daniel, Ivanildo Franzosi e Maria Izabel. GT do plano decenal: Daniel,
243 Sérgio, Francisco Brito e Maria Izabel. Os GT's se reunirão no dia 09 de abril (um no
244 período da manhã e outro no período vespertino), véspera da próxima assembleia, com
245 o compromisso de entregar a todos os conselheiros os produtos anteriores. dos grupos
246 de trabalho. Passou, assim, para o próximo item: resoluções da copa do mundo e
247 práticas esportivas. A presidenta do CONANDA salientou que as escolas já haviam
248 decretado férias escolares durante a copa. No entanto, as atividades de saúde, educação
249 entre outras não podem ser suspensas. Em reunião com a Ministra Maria do Rosário, a
250 mesma fez considerações sobre as resoluções. Após exposição dos itens, os conselheiros
251 aprovaram as alterações. Passou-se ao tema Estatuto da Juventude. Foi ressaltada a
252 importância de se definir a idade a qual se refere a juventude, sendo a utilizada
253 atualmente a idade entre 15 e 29 anos. A presidenta defende a necessidade de se
254 defender a alteração dessa idade para 18 a 29 anos, para não se sobrepor ao Estatuto da
255 Criança e do Adolescente, já que, até essa idade, os adolescentes são amparados pelo
256 mesmo. Finalizado o ponto, passou-se a uma proposta da mesa diretora: que a mesma se
257 reúna quinze dias após a realização de cada assembleia, em vez de se reunirem apenas
258 no dia anterior à realização de cada assembleia. **Comissões:** proposta de elaboração de
259 um relatório padrão para todas as comissões; proposta de um relatório padrão para as
260 representações externas do CONANDA. Coordenações e relatorias: a presidenta do
261 CONANDA disse que havia uma pendência em relação à Comissão de Direitos

262 Humanos e Assunto Parlamentar, por parte do governo, que, de acordo com ela, será
263 resolvida até a próxima assembleia. Apresentou ainda uma proposta da mesa diretora, a
264 de que, na possível ausência de relator de alguma comissão, o grupo defina um
265 substituto. Como houve a contraproposta de se verificar a frequência dessa ausência do
266 relator para possível substituição, ficou decidido que tal ponto seria verificado nas
267 assembleias subsequentes para se deliberar algo. Houve ainda proposta de rodízio da
268 ordem de apresentação das comissões, pois a Comissão de Formação e Mobilização
269 sempre fazia seus relatos ao final das assembleias, ficando prejudicada por causa do
270 tempo. A proposta foi acatada pelos conselheiros presentes. A presidenta relatou
271 também o caso de atraso nas atas, informando que havia oito ou nove atas que não
272 foram realizadas, pois o serviço contratado com a empresa anterior não previa o serviço
273 de degravação, porém, que o serviço já estava em contratação e faria, inclusive, as atas
274 em atraso. O conselheiro Jordelino perguntou se havia um prazo para esse processo,
275 porém, ainda não havia uma data precisa, de acordo com a Senhora Maria Izabel. Por
276 fim, a proposta de elaboração de um Manual ou Guia do Conselheiro e da Conselheira,
277 onde se conste as resoluções e deliberações do CONANDA, tais como questões de
278 logística e regimento interno. Como último ponto, foi discutido o local de se realizar a
279 próxima “descentralizada”. Havia o pedido formalizado do Piauí para o primeiro
280 semestre. Quanto à data, a presidenta afirmou que iria buscar a informação e repassar ao
281 grupo. Como não houve nenhuma outra consideração, a presidenta do CONANDA
282 encerrou a assembleia.